

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

INSERÇÃO E ATUAÇÃO DE MARIA FIRMINA DOS REIS NA IMPRENSA ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX (1867-1900)

Ana Lúcia Santos Silva

Mestranda- Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UESC): Atlântico e Diáspora.

Bolsista- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia- FAPESB.

E-mail: aluciasantos09@gmail.com

Resumo

O presente trabalho diz respeito à inserção e atuação da escritora Maria Firmina dos Reis (1822-1917) na imprensa maranhense, entre os anos de 1867 a 1900. Consiste em destacar a participação da autora dentro do espaço da imprensa literária, nas discussões relativas ao processo de escravização na província maranhense. Nosso objetivo é buscar compreender os aspectos da trajetória de Firmina enquanto escritora e sua relação com a discussão abolicionista da época. Para tal analisamos um recorte do jornal *Pacotilha*, que teve contribuições poéticas da autora e o conto *A escrava* (1887), publicado pela primeira vez na *Revista Maranhense*. Destacamos a importância de revisitar a imprensa do século XIX, buscando perceber a participação das mulheres, pois por muito tempo suas contribuições foram ofuscadas pela historiografia e no caso de Maria Firmina dos Reis- a primeira mulher negra a publicar um romance de cunho abolicionista no Brasil, esse processo também passa pelo campo do resgate da memória de pessoas que contribuíram efetivamente para a abolição da escravidão, conferindo-lhes “visibilidade historiográfica ao seu pensamento /ação nas diversas dimensões constitutivas da vida em sociedade, particularmente a política” (MUNIZ; MACENA: 2012, p. 47).

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis, Imprensa maranhense, Abolicionismo, Pacotilha, Revista Maranhense.

Introdução

Maria Firmina dos Reis é considerada a primeira mulher negra a publicar um romance abolicionista no Brasil. A autora nasceu em onze de março de 1822, na cidade de São Luís, capital da província maranhense e mudou-se aos cinco anos de idade para a Vila de São José de Guimarães, localizada dentro da mesma província e lá viveu até seus últimos dias de vida, falecendo em 1917, com noventa e dois anos. Atuou de diversas formas na sociedade em que viveu: foi escritora, professora, musicista, compositora, poetisa e contribuiu com as seções literárias de diversos periódicos da época, como o *Semanário Maranhense*, *A Verdadeira Marmota*, *O Federalista*,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

Almanaque, Ecos da Juventude, Pacotilha, Lembranças Brasileiras e Revista Maranhense. Publicou ainda os livros *Úrsula* (1859), sob o pseudônimo de “uma maranhense”, *Gupeva* (1861), *Cantos à beira-mar* (1871) e o conto *A escrava* (1887).

Apesar da confusão que foi criada ao longo tempo em torno de sua imagem devido à associação do seu nome, ao rosto de escritora gaúcha Maria Benedita Câmara Borman, sabemos que Maria Firmina foi uma mulher negra, devido a coletânea biográfica *Fragments de uma vida* (1975), construída por Nascimento Morais Filho, que reuniu além das contribuições da autora em jornais, o seu diário pessoal e relatos de seus filhos adotivos e ex-alunos, que ao descrever suas características físicas apontaram que ela era uma “mulher de cor”.

Úrsula (1859), o primeiro livro por ela publicado se destaca por ser um romance abolicionista e escrito pela perspectiva do escravizado, apresentando um posicionamento diferente de outros escritores da época com relação a escravização. Diogo (2016), evidencia que assim como Firmina, Joaquim Manoel Macedo e Bernardo Guimarães também foram contra a escravização em suas obras literárias, mas apenas por entenderem em determinado momento, que ela ameaçava a família tradicional branca.

Já Maria Firmina dos Reis compreende os escravizados dentro de uma perspectiva humanizada, não os apresentando nas produções de forma coisificada. A autora não embasa o texto de *Úrsula* na piedade, embrutecimento ou martírio dos escravizados, e sim na construção de suas subjetividades. Sua escrita enfatiza, através dos personagens Túlio, Preta Susana e Antero, o quão doloroso e desumano era o processo escravocrata, mas que, apesar disso, não poderia retirar a capacidade dos escravizados de articular seus pensamentos, de entender e modificar a realidade ao redor.

Firmina não descreve no texto cenas com longas descrições de castigos físicos, sua finalidade com a escrita não é gerar nos leitores da alta sociedade, um sentimento de piedade pelos escravizados, mas tem o objetivo de construir na literatura uma imagem de igualdade entre os dois grupos abordados. Ela demonstra ter consciência das

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

diferenças existentes e que estas foram construídas socialmente e sendo assim poderiam ser modificadas, isto é, a autora utiliza a literatura como um instrumento ou possibilidade de desconstrução daquilo que via ao seu redor.

Por este motivo, a autora vem sendo retomada e revisitada pelos espaços acadêmicos, nas últimas décadas, em discussões concernentes a escravização e representações do sujeito escravizado. Uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos foram produzidos sobre ela, principalmente nas áreas de letras, literatura e História, sendo a maioria deles sobre seus textos literários publicados em formato de romance e contos, por tratarem da questão abolicionista de forma explícita, não sendo tão notadas ou exploradas as suas participações nas seções literárias dos jornais.

A nossa pretensão inicial com a construção desse trabalho era analisar as colaborações de Firmina nos jornais *Semanário Maranhense* (1867-1868) e *Pacotilha* (1880-1890), porém com o manejo das fontes, percebemos que o primeiro periódico apesar de ter sido fundado uma persona que atuou contra a escravização — Joaquim Maria Serra Sobrinho, o jornal em si não se definia como sendo abolicionista, mas sim enquanto um espaço literário que visava abarcar as produções artísticas e científicas dos autores maranhenses, enaltecendo assim a cultura local, dentre os quais participaram Gonçalves Dias, Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, Antônio Henriques Leal, Alexandre Teófilo de Carvalho Leal e também a professora e escritora Maria Firmina dos Reis com duas poesias, sendo elas *Meditação* em 03 de novembro de 1867 e *Lua Brasileira* em 01 de fevereiro de 1868, apresentando em ambos os textos aspectos do romantismo brasileiro como a descrição de paisagens naturais, religiosidade e exaltação do nacional.

Dito isto e levando em conta que o nosso objetivo é discutir a construção não somente da imprensa literária, mas sim a imprensa dentro da perspectiva do debate abolicionista, optamos por não darmos foco ao periódico *Semanário Maranhense*, como foi proposto inicialmente e manter o jornal *Pacotilha*, no período de tempo em que há contribuições de Firmina, que as fontes nos revelaram abarcar os anos de 1881 a 1900, no caso do *Pacotilha* e na *Revista Maranhense*, em 1887. Destacamos aqui que Maria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

Firmina dos Reis foi uma mulher abolicionista, e partimos de sua trajetória para discutir a construção da imprensa abolicionista no Maranhão e a participação da autora nesse espaço.

O abolicionismo na imprensa maranhense

As questões concernentes à escravização e às ideias abolicionistas podem ser encontradas em diversos periódicos, que circularam no território brasileiro durante o século XIX, na maioria das províncias. A imprensa foi palco de variados debates e discussões entre aqueles que eram a favor da abolição e os que eram contra, bem como entre os intitulados emancipacionistas, que defendiam a extinção da escravidão de forma lenta e com o pagamento de indenizações aos donos de escravos, para que estes não fossem prejudicados e os abolicionistas, que defendiam a abolição imediata do sistema escravocrata, sem indenizações. Ramos (2018) salienta que:

Ao longo de todo território brasileiro, a imprensa participou ativamente do debate sobre a questão servil, não apenas como mero veículo difusor de ideias, mas como agente ativo no processo de construção dos acontecimentos que se sucederam ao longo do século XIX, levantando intensos debates em torno dessa temática. (RAMOS, 2018, p. 32).

Pereira (2006) destaca que “a imprensa no Brasil começou por iniciativa da Corte portuguesa, após se instalar no Rio de Janeiro em 1808” (p. 84), e no Maranhão a atividade tipográfica teve seu início apenas em 1821, treze anos depois, por incentivo do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, sendo *O Conciliador do Maranhão*, o primeiro jornal impresso da província, tendo circulado até 1823 e que “com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, a cidade [de São Luís] experimentou uma relativa prosperidade material verificada na exuberância da arquitetura de sobrados e casarões enriquecidos com os azulejos português” (p. 41).

Com o desenvolvimento econômico e após a formação urbana da província, a atividade tipográfica foi ganhando forma, fazendo com que o Maranhão passasse a vivenciar uma “fase agitada e afortunada de seu jornalismo” (MARTINS, 2010, p. 109), em detrimento de um período de vastas publicações, entre jornais, revistas e folhetins,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

onde foram muitos os títulos, contudo a maioria de curta duração. Os veículos impressos do século XIX tratavam de temáticas diversas, podendo ser classificados, segundo Pereira (2006) em quatro grandes grupos: político, religioso, literário e jocoso, e todos esses podem ser observados na província maranhense.

Os indivíduos que articulavam os periódicos e neles publicavam, realizavam também outras ocupações, levando em conta que a escrita literária,

Participava de um conjunto de carreiras possíveis do sistema de dominação, vinculada ao campo político, e que permitia aos intelectuais, conforme o caso e as vicissitudes das disputas de poder, ocupar funções públicas de segunda ordem no quadro das carreiras dirigentes disponíveis. (NASCIMENTO, 2011, p. 2).

Portanto é possível notar os colaboradores dos jornais, muitas vezes atuando como professores do Liceu Maranhense e de outros colégios, como diretores da biblioteca pública e mesmo em funções relacionadas a organização burocrática da província. Eram pessoas que por estarem ligadas a política e as artes, tinham no imaginário popular, respaldo para tratarem sobre diversas questões importantes, a exemplo o destino do sistema escravista, sendo suas declarações publicadas nos veículos de imprensa, formadoras da opinião pública. Sobre isso, Nascimento (2011) destaca que:

Os jornais se constituíam como locais privilegiados de atuação, seja porque eram o suporte material para a defesa de posições políticas que interessavam a certos setores da oligarquia, no poder ou na oposição, o que possibilitava a ascensão a determinadas posições na burocracia e, mesmo, remuneração relativamente regular, mas também como forma de acumulação de capital social e simbólico. (NASCIMENTO, 2011, p. 3).

Na imprensa maranhense encontramos os nomes de Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Francisco Sotero dos Reis, Odorico Mendes, Antônio Henrique Leal, Estevão Raphael de Carvalho, Joaquim Serra, Aluísio de Azevedo e outros, que versavam sobre os mais diversos assuntos ligados à literatura e a política. Esse grupo de escritores foi o que ganhou mais destaque no espaço da imprensa e se auto intitulavam como a “Atenas Brasileira”.

Abolicionismo no Jornal Pacotilha e as contribuições de Maria Firmina dos Reis

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

O jornal *Pacotilha* foi fundado pelo jornalista Vitor Lobato e se apresentava como um periódico abolicionista e republicano. Pereira (2009) destaca que:

Os articulistas dos jornais Diário do Maranhão, O Paíz e o Pacotilha, com o propósito de chamarem a atenção das classes dominantes para a necessidade de sua adequação às exigências estabelecidas pelas lutas dos escravos, pelo abolicionismo e o movimento do capital Industrial em sua expansão, participaram e intervieram no debate publicando seus artigos, de colaboradores e matérias importadas de periódicos de outras províncias do país. (PEREIRA: 2009; p. 5).

Encontramos no jornal *Pacotilha*, exemplos de discussões abolicionistas, como o artigo *A liberdade*, publicado em 11 de junho de 1881, que criticava a manutenção do sistema escravagista e tecia comparações entre o território nacional e outros espaços, discorrendo sobre liberdade: “Ó nações que já fruis as delicias da liberdade, acordai o Brazil, gigante que dorme indolente entre vós, para dizer-lhe que pense e se instrua, afim de que possa um dia empunhar o estandarte da liberdade... a tarefa é árdua, porém nobre e grandiosa” (PACOTILHA, Ano 1881\Edição 53).

Bem como em 08 de maio de 1883, quando na coluna intitulada *Dissolução social*, é realizada uma análise da sociedade e nessa discussão a escravidão é definida como a “desonra de toda profissão”. (PACOTILHA, Ano 1883\Edição 00125). São várias as publicações do periódico em que a escravidão é analisada e criticada, no entanto, anúncios de fugas, compra, venda e aluguel de escravizados são constantemente encontradas no jornal. Sobre isso, Pereira (2009) salienta, que: “os articulistas do *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, por defenderem o direito de propriedade dos senhores de escravos, reivindicavam junto as autoridades públicas a repressão dos escravos, enquanto que o *Pacotilha* apenas noticiava a fuga” (p. 105).

É possível perceber uma contradição com relação ao posicionamento dos articulistas do periódico, tanto nos anúncios de comercialização dos escravos, quanto no que respeito a visão que se tinha sobre os escravizados. Apesar de serem contra a escravidão, afirmavam que “compartilhavam da tese de que a introdução de africanos na

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

América foi necessária como única forma de fazê-la produzir” (Ibidem, p. 131) e introduzindo na imprensa o “discurso racial”, pois validavam a tese de “inferioridade africana com relação ao europeu e, por extensão do negro em relação ao branco” (Ibidem, p. 132).

Tendo em vista essas questões e baseando-se nas obras literárias e fontes pessoais da autora, é possível dizer apesar de estar inserida nesse espaço de publicação, Maria Firmina dos Reis apresenta um posicionamento que vai além do que encontramos no periódico, pois para ela, os escravizados e os homens livres, apesar de estarem diferentes posições de poder, se encontram no mesmo patamar de humanidade. Ao descrever os personagens Tancredo e Túlio em *Úrsula* (1859), Firmina destaca: “... em seu coração ardiem sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro...” (p. 104). Na construção literária da autora, o personagem negro está em pé de igualdade com o branco e o escravizado no mesmo patamar de valores e subjetividade que o senhor. Ela realiza uma inversão que nos permite entender que ela escreve da perspectiva do subalternizado. Em texto, o negro é a referência, ela destaca que assim como Túlio (negro e escravizado), Tancredo (branco e livre) também era generoso.

No periódico *Pacotilha*, as contribuições de Firmina são as seguintes poesias: *Uma lágrima sobre o túmulo de Manoel Raimundo Guterres* em 12 de abril de 1897; *Salve* em 06 de julho de 1900; *Um brinde a noiva* em 11 de agosto de 1900; *A Exrr a. Sra. D. Ana Esmeralda M. Sá* em 11 de agosto de 1900. Como temos observado ao entrar em contato com as fontes que revelam as contribuições de Firmina nos espaços jornalísticos, as poesias da autora não tratam de questões abolicionistas em si, mas versam sobre subjetividades: amor, solidão, saudade, despedidas, homenagens, além de descrições de paisagens naturais e exaltação do nacional, que são características do Romantismo brasileiro.

Embora Firmina não aborde os tópicos escravidão e abolicionismo nesses espaços, a biografia *Fragments de uma vida* (1975) aponta para a sua postura e defesa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

dos ideais abolicionistas em seu cotidiano, um exemplo disto é o que está descrito na biografia como “o episódio do palanquim”, quando a autora se recusa a ser transportada em um palanquim carregado por sujeitos escravizados, que havia sido contratado por seus familiares afim de leva-la pela cidade para ser empossada no cargo de professora de primeiras letras. O relato de seu filho adotivo revela que ela foi enfática ao dizer: “Negro não é animal, pra se andar montado nele” e “foi a pé” (MOARES FILHO: 1975, n.p.).

Firmina na Revista Maranhense: o conto A escrava

O conto *A escrava* (1887), foi escrito e publicado pela primeira vez na *Revista Maranhense*, vinte e oito anos depois de *Úrsula* (1859), no momento em que as discussões antiescravistas experimentavam o seu auge. Nessa produção, Firmina prossegue com seu objetivo, iniciado em 1859, de denunciar a escravidão e convencer o leitor dos danos causados pela manutenção do sistema escravocrata.

E se antes, em *Úrsula*, a argumentação da autora se restringia a uma perspectiva religiosa e humanitária, aqui são acrescentados à discussão aspectos como o econômico:

...a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. (REIS: 2018, p.165).

Além do status do território diante das nações, já livres: “... ainda dela ainda vem o opróbio, a vergonha; porque é frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres” (REIS: 2018, p.164).

A escritora se utiliza da forma de narração multifocal em sua construção, entrelaçando falas e vivências. O conto apresenta o relato de uma senhora da qual não é dito o nome, mas é caracterizada de forma que o leitor compreenda que ela é branca e de classe alta e é descrita por Firmina como uma “senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas” (Ibidem, p.164).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

Logo no início do conto, fica nítido que o espaço em que se passa a narrativa- o salão de eventos, é uma metáfora da sociedade maranhense, já que estavam presentes ali pessoas com posicionamentos diversos acerca do escravismo e como sinaliza a autora quando o tema foi introduzido nas conversações ocorreram acirradas discussões e debates. Silva (2013) aponta que: “o que encontramos, nos jornais, ao longo das décadas de 1860 e 1880, foram várias discussões entre os setores dominantes sobre para onde caminharía o sistema escravista...”. (p. 75).

É nesse ambiente que esta “senhora abolicionista” introduz a história do dia em que se deparou com Joana, uma escravizada que estava em fuga, esquivando-se do feitor que a perseguia. A personagem salienta que muitos casos semelhantes a esse poderiam ser contados por serem corriqueiros na sociedade maranhense. Na narrativa, não é dito o nome dessa mulher que fala no salão, mas apenas o nome da escravizada, Joana. Pensamos que esta também seja uma estratégia de Firmina para escrever dando ênfase ao protagonismo dos sujeitos escravizados. Assim como em *Úrsula* (1859), ela se utiliza da imagem de uma personagem que já tem acesso aos locais de fala e debate, para inserir as questões e as vozes dos subalternizados.

A senhora abolicionista que narra a história no salão de eventos, prossegue contando que deu abrigo à escravizada, que se encontrava debilitada pelos castigos físicos e posteriormente ao seu filho, Gabriel, também escravizado, que a procurava, pois a mãe já tinha o costume de fugir. A senhora que os abriga, começa a fazer questionamentos e como Joana encontra-se debilitada, o filho Gabriel vai respondendo. Porém, em determinado momento, Joana assume a fala e conta o motivo de suas fugas, narrando sua história após enfatizar: “Eu mesma. Ainda posso falar”. (REIS: 2018, p.172).

Joana, a personagem escravizada, ganha destaque e toma a fala para narrar a própria história. Ela nos é apresentada, por Firmina, como uma escravizada que tem sua sanidade mental afetada pelas violências provenientes do sistema escravocrata e que tal fato não é levado em conta pelo senhor e pelo feitor: “Não viu, minha senhora, –

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir, – não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge doida...” (Ibidem, p.177).

Joana começa a narrar sua história, destacando a condição social de seus pais: mãe africana e escravizada, pai indígena e livre. O pai trabalha para conseguir comprar a alforria da filha, mas acaba sendo enganado pelo senhor de escravos, que lhe dá um falso documento. Em resumo, Joana é teoricamente libertada, mas volta a condição de escravizada com sete anos, após a morte de seus pais.

Na construção do enredo, com relação à infância da personagem pode ser destacado o fato do senhor de escravos exigir que uma criança de sete anos comece a ser explorada enquanto mão-de-obra: “Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia. (Ibidem, p.183). Mattoso (1988) destaca que o filho da escrava é visto como escravo “em desenvolvimento” desde seus primeiros anos. O pouco tempo de infância que ele dispõe se configura como um momento para a aprendizagem daquilo que requer o trabalho escravo possa assumir a função que dele se espera, o que o mais rápido possível (p.52).

Joana, ao prosseguir contando sua história, chega ao ponto em que narra o processo de separação dos seus filhos por conta do tráfico interprovincial. A personagem relata a experiência da maternidade dentro do sistema escravocrata, enfatizando que deu à luz a dois meninos gêmeos, Carlos e Urbano, e eles foram vendidos pelo senhor de escravos para um proprietário de outra província: “Ah! Minha senhora! Abri os olhos. Que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela penetrado meu senhor, o feitor, e o infame traficante.” (REIS: 2018, p.185).

A personagem descreve as cenas que se sucederam, enquanto a senhora abolicionista ouve em silêncio:

— Por Deus, por Deus, gritei eu tornando a mim, por Deus levem-me com meus filhos!

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

— Cala-te! gritou meu feroz senhor. Cala-te, ou te farei calar.
— Por Deus, tornei eu de joelhos, e tomando as mãos do cruel traficante:
— Meus filhos! ... Meus filhos! ... Mas ele, dando um mais forte empuxão e ameaçando-os com o chicote que empunhava, entregou-os a alguém que os devia levar... (Ibidem, p.185).

A violação da maternidade de forma tão brusca e violenta foi o que gerou na personagem traços de insanidade. Se na epígrafe de *Úrsula* (1859), Firmina afirma que “a mente, esta, ninguém pode escravizar” na construção do texto de *A escrava* (188), ela refuta essa ideia demonstrando que a escravização é cruel ao ponto de fazer enlouquecer: “— É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu.” (Ibidem, p.181).

A senhora abolicionista que abriga Joana fica horrorizada ao ouvir o seu relato de separação dos filhos. O processo de maternidade dela, enquanto mulher branca e livre, não seria violado dessa forma, mas nas senzalas isso era um episódio corriqueiro. Os filhos de Joana foram vendidos para outra província. Mesmo após a proibição do tráfico transatlântico de escravos, a comercialização de pessoas continuou pelas vias interprovinciais. Silva (2013) destaca que a província do Maranhão foi uma das que prosseguiu com a escravização.

Percebemos que o conto é embasado pela percepção de Firmina da realidade maranhense, daquilo que acontece ao seu redor, e de como ela recebe tais acontecimentos. Isso fica muito claro quando pensamos no aspecto da maternidade. Para a escravizada que é vista como um objeto e é obrigada a realizar serviços braçais e também sexuais ao senhor de escravos, a maternidade é um processo truculento e violento, a começar pela violação de seu corpo, no ato do estupro, até ao fato dela continuar realizando no período de gestação os mesmos serviços que exigem todo o exercício da sua força física (SILVA, 2010). E mesmo quando a criança em questão não fosse fruto de estupro, ela estaria dando à luz a mais um escravizado, destinado a sofrer a violência que ela já vivenciava e conhecia. Não é coincidência, o fato de o aborto estar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

sempre presente nas senzalas, podendo também o ato de abortar ser considerado uma forma de resistência à escravização. (MORR, 1989).

Destacamos que Maria Firmina dos Reis não apresenta nas suas obras literárias, as fugas dos escravizados, com exceção da personagem Joana, que tem a sanidade mental afetada e o processo está diretamente ligado a esta condição. Firmina não escreve sobre fugas, embora Silva (2013) ressalte que: “Ao longo dos jornais pesquisados da segunda metade do século XIX, em todas as décadas, encontramos notícias de fugas de escravos. Fugiram até as vésperas da abolição” (p. 85). Contudo, a escrita de Firmina, que se embasa nas questões e acontecimentos do tempo presente omite tal questão. Com relação a esse aspecto, Silva salienta a importância de buscar compreender os limites do mundo real e do mundo “inventado”, já que trabalhamos com fontes literárias, aonde a imaginação dos autores aflora.

Não podemos afirmar com toda certeza, quais motivos levaram a escritora maranhense a não relatar as fugas em suas obras, mas refletindo as suas intenções com a publicação dos textos, uma das possibilidades pode ser o fato de que o escravo que fugia e se aquilombava era visto como “perigoso”. Podemos perceber isso na descrição que a senhora abolicionista do conto faz de Gabriel, filho da escravizada Joana:

...um homem rompendo a espessura, apareceu ofegante, trêmulo e desvairado. Confesso que semelhante aparição causou-me um terror imenso... Aquela atitude comovedora despertou-me compaixão; apesar do medo que nos causa a presença dum calhambola, aproximei-me dele. (REIS: 2018, p.169).

Firmina demonstra que há um certo receio com relação aos escravizados que fogem e estão fora da dinâmica e espaço da cidade. A senhora abolicionista o descreve como “calhambola”, mas não há registros no conto de que ele o seja. A fala dela está ligada a uma percepção própria e imaginativa, mas o “terror imenso” que isso lhe causa, confirma o medo e a imagem que as pessoas teriam desses escravos. Tanto é que Firmina tenta desconstruir isso, ao descrever Gabriel com sensibilidade, destacando aspectos como o amor pela mãe, que o faz arriscar-se, procurando-a e correndo o risco de que se encontrados pelo feitor, sofressem os castigos físicos: “— Amanhã, —

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

continuou ele, – hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar.” (Ibidem, p.169).

Os escravizados que fogem são considerados perigosos e causam discórdias entre os discursos, e Firmina opta por não trilhar por esse caminho em suas construções literárias, ainda que as informações sobre as fugas apareçam constantemente nos jornais maranhenses. A personagem Joana termina de contar sua história e morre, seguindo o padrão de Firmina com relação à construção de personagens oprimidos e os finais a eles destinados, pois na visão da autora, a morte é a libertação de Joana, mulher escravizada, que contestou o sistema que lhe explorava, através das fugas, da fala e da ação cotidiana:

A morte aparece na narrativa firminiana como a libertação plena, como sinônimo de redenção, de salvação, de desligamento de uma vida mundana, imperfeita, limitada, castradora e cheia de desigualdades. (MENDES: 2015, p.9).

Considerações Finais

Apesar de se tratar de um trabalho de pesquisa ainda em andamento é possível apresentar os resultados das primeiras análises das fontes. Este trabalho aponta algumas considerações sobre a participação de Maria Firmina no espaço da imprensa e os diversos textos poéticos da autora, espalhados pelos periódicos maranhenses, que em sua maioria, não têm cunho abolicionista, mas tratam sobre temas subjetivos, como solidão e morte, descrições da natureza, religiosidade, além da exaltação do nacional, principais características do Romantismo brasileiro e em alguns casos, homenagens a personas da província, com exceção de *A escrava* (1887), conto em que a escravidão e o abolicionismo são ideias centrais.

No conto, a autora aborda os malefícios do sistema escravocrata e a relação das mulheres escravizadas com a maternidade, apresentando em sua construção literária, assuntos que estavam ao seu redor, como o tráfico interprovincial na província maranhense. Verificou-se ao analisar um recorte do periódico *Pacotilha*, que o posicionamento antiescravista de seus articuladores, estava pautado mais na busca por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

soluções para o declínio da economia na província, do que na própria escravidão em si e nas violências sofridas pelos escravizados. Foi possível observar destacar a presença e atuação de Maria Firmina dos Reis, mulher negra e escritora no espaço da imprensa e que em seu tempo de vida, buscou denunciar a escravidão e apresentar em sua literatura especificidades das experiências de mulheres negras escravizadas. Destaca-se aqui a pretensão de estabelecer novas e mais profundas revisitações aos periódicos que contaram com contribuições de Maria Firmina dos Reis, afim de melhor compreender seu processo de inserção no espaço da imprensa e no debate abolicionista.

Referências

DIOGO, Luciana Martins. **Da sujeição a subjetivação: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A escrava de Maria Firmina dos Reis**. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) - Universidade de São Paulo, 2016.

FILHO, Nascimento Moraes (Org.). **Maria Firmina: fragmentos de uma vida**. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista. **Animus - revista interamericana de comunicação midiática**- v.18, jul./dez. 2010.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava (entre a Lei do Ventre Livre). **Rev. Brasileira de História**: São Paulo, v.8 nº 16, p.37-55, 1988.

MENDES, Melissa Rosa Teixeira. **MÃE SUSANA: a voz do discurso antiescravista de Maria Firmina dos Reis no romance Úrsula**. IV Simpósio de História do Maranhão Oitocentista: Escravidão e Diáspora Africana no século XIX. São Luiz: Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

MORR, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **R. História**, São Paulo, 120, p.85-96, jan./jul. 1989.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; MACENA, Fabiana Francisca. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. **Revista Mosaico**, v. 5, n. 1, p.45-54, jan./jun. 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880.** Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo- 2006.

RAMOS, Allyson Bruno Pereira. **Carapuça: pequena imprensa abolicionista maranhense no final do Oitocentos.** Monografia (História). São Luís: Universidade Estadual de Santa Cruz- 2018.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

_____. **Úrsula e outras obras.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book).

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX.** Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP- 2013.